

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1688>

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL: HERANÇA ELITISTA EM CONTEXTO DE EXPANSÃO DO ACESSO

Julio Cesar Godoy Bertolin, Cristina Fioreze, Fabio Roberto Barão

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3563>

Submetido em: 2022-02-03

Postado em: 2022-02-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL: HERANÇA ELITISTA EM CONTEXTO DE EXPANSÃO DO ACESSO

JULIO CESAR GODOY BERTOLIN¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5547-1550>

CRISTINA FIOREZE²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7685-6636>

FÁBIO ROBERTO BARÃO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6692-5020>

RESUMO: Os investimentos na expansão do acesso ao nível superior de ensino constituem um fenômeno observável em todo o mundo. Nas últimas duas décadas, o Brasil implementou importantes políticas nesse sentido. Embora a ampliação do acesso, que já alcançou patamares significativos no país, seja fundamental para a redução da desigualdade educacional, a conclusão do curso por estudantes provenientes de grupos sociais historicamente excluídos é fator ainda mais relevante. Nesse artigo, com base em estudo documental realizado a partir dos microdados do Enade oriundos do questionário socioeconômico respondido por amostra de estudantes finalistas que realizaram o Enade entre 2009 e 2017, argumentamos que, com o desenvolvimento de programas como Prouni, Reuni, Fies e Cotas, começam a se observar avanços em termos de igualdade na educação superior brasileira, porém, trata-se tão somente do início de um processo, pois ainda persistem heranças elitistas em cursos que proporcionam mais status social, melhores remunerações e bem posicional.

Palavras-chave: educação superior, desigualdade educacional, bem posicional.

HIGHER EDUCATION AND EDUCATIONAL INEQUALITY IN BRAZIL: ELITIST HERITAGE IN A CONTEXT OF EXPANDING ACCESS

ABSTRACT: The investments in the expansion of access to the higher education level constitute a phenomenon observed throughout the world. In the last two decades, Brazil has implemented important policies in this sense. Although the expansion of access, which has reached significant levels in the country, is fundamental for the reduction of educational inequality, the completion of the course by students from historically excluded social groups is a more relevant factor. In this article, based on a documentary study carried out using Enade microdata from the socioeconomic questionnaire answered by a sample of finalist students who took the Enade between 2009 and 2017, we argue that, with the development of programs such as Prouni, Reuni, Fies and Cotas, advances in terms of equality in Brazilian higher education are beginning to be observed, however, this is only the beginning of a process, as elitist legacies still persist in courses that provide more social status, better remuneration and well-positioned.

Keywords: higher education, educational inequality, positional goods.

¹ Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. <julio@upf.br>

² Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. <fiorezecristina@gmail.com>

³ Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. <fbarao@upf.br >

EDUCACIÓN SUPERIOR Y DESIGUALDAD EDUCATIVA EN BRASIL: PATRIMONIO ELITISTA EN UN CONTEXTO DE EXPANSIÓN DEL ACCESO

RESUMEN: Las inversiones en la ampliación del acceso a la educación superior son un fenómeno observable en todo el mundo. En las últimas dos décadas, Brasil ha implementado importantes políticas en este sentido. Si bien la ampliación del acceso, que ya ha alcanzado niveles significativos en el país, es fundamental para reducir la desigualdad educativa, la finalización del curso por parte de estudiantes de grupos sociales históricamente excluidos es un factor aún más relevante. En este artículo, basado en un estudio documental realizado con microdatos de Enade del cuestionario socioeconómico respondido por una muestra de estudiantes finalistas que tomaron el Enade entre 2009 y 2017, argumentamos que, con el desarrollo de programas como Prouni, Reuni, Fies y Cotas, comienzan a observarse avances en términos de igualdad en la educación superior brasileña, sin embargo, esto es solo el comienzo de un proceso, ya que aún persisten legados elitistas en cursos que proporcionen más estatus social, mejor salario y bondad posicional.

Palabras clave: educación universitaria, desigualdad educativa, bienes posicionales.

INTRODUÇÃO

Os investimentos na expansão do acesso ao nível superior de ensino constituem um fenômeno observável em todo o mundo. Nas últimas décadas, a taxa de matrícula mundial aumentou em 10% a cada dez anos e, antes da pandemia da Covid-19, quatro em cada dez jovens frequentavam pelo menos um ano de cursos pós-secundário (CANTWELL; MARGINSON; SMOLENTSEVA, 2018). Estima-se que os 215 milhões de matrículas do ano de 2015 em cursos de graduação em todo o mundo aumentarão para quase 380 milhões em 2030 (CALDERON, 2018).

A ampliação do acesso aos sistemas nacionais – historicamente restrito a grupos sociais privilegiados – passou a fazer parte da agenda das políticas educacionais a partir da segunda metade do século 20, quando as taxas de atendimento dos países começaram a ser monitoradas e comparadas, especialmente por organismos internacionais. Segundo Trow (1973), a transição histórica dos sistemas de educação superior tende a percorrer três fases: primeiro de um ‘sistema de elite’ para um ‘sistema de massa’ e, deste, para um ‘sistema de acesso universal’. Nas últimas décadas, o Brasil realizou um grande esforço para tornar-se um ‘sistema de massa’. As estatísticas sobre a quantidade de matrículas mostram que o país tem avançado: no período de um quarto de século as taxas de atendimento cresceram de 1,5 milhões em 1991, para mais de 8 milhões em 2016 (MCCOWAN; BERTOLIN, 2020), um crescimento significativo, embora na comparação internacional o país ainda apresente taxas de atendimento e conclusão baixas.

Em 2020 a parcela da população com idade entre 24 e 35 anos que concluiu uma graduação no Brasil era de apenas 21%, enquanto que no Chile era de 34%, na Argentina era de 40% e na Coreia do Sul, de 70% (OECD, 2022). Além do acesso insuficiente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram um histórico de reprodução das desigualdades, visto que, em 2014, apenas 5% dos filhos de pais sem instrução conseguiam concluir um curso de graduação, enquanto que entre filhos de pais com educação superior, esse percentual subia para 70% (BRASIL, 2017).

Com o objetivo de ampliar o acesso e permitir que jovens oriundos dos mais diferentes contextos socioeconômicos e culturais pudessem cursar e concluir uma graduação, diversos programas foram desenvolvidos no âmbito da educação superior brasileira, tanto em instituição privadas como estatais, tais como Prouni, Reuni, Cotas, Fies, entre outros.

Não obstante as críticas, especialmente de que tais programas poderiam comprometer a qualidade, a relevância social da ampliação do acesso à universidade por jovens provenientes de grupos populacionais historicamente excluídos está largamente sustentada na literatura. Os sistemas de educação superior devem, assim, buscar propiciar acesso amplo, independente da origem social, de gênero e etnia, desenvolvendo plenamente o potencial individual para que graduados participem ativamente da vida social, econômica e política. Todavia, a expansão é apenas parte deste desafio. Mesmo que a grande maioria dos jovens acesse a educação superior, ela ainda pode manter algum nível de restrição quando o sistema se configura de forma verticalmente estratificada e o seu custo se torna um grande peso para os estudantes e suas famílias. Além de obstáculos de acesso, as dificuldades de permanência e conclusão com êxito, especialmente de estudantes oriundos de grupos desfavorecidos e de menor nível socioeconômico, também devem ser eliminadas (UNESCO, 2021).

Logo, faz-se necessária uma análise que ultrapasse o âmbito do acesso e considere, também, o perfil dos graduados, de modo a identificar a participação de alunos provenientes de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos no universo dos concluintes, o que possibilita ampliar a leitura dos resultados das políticas de inclusão. Por exemplo, será que, de fato, as recentes políticas de inclusão na educação superior têm alcançado êxito no sentido de proporcionar que jovens estudantes oriundos de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos estejam concluindo cursos de graduação? Será que as taxas de atendimento que atingem nível de massificação estão gerando, no âmbito do sistema, igualdade educacional?

Desta forma, analisando perfis socioeconômicos de concluintes de cursos de graduação que prestaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) nas edições do período compreendido entre 2009 e 2017, o presente artigo busca discutir em que medida a educação superior brasileira vem efetivamente reduzindo os níveis de desigualdade educacional em termos de conclusão por jovens estudantes oriundos de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos.

DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Em países extremamente desiguais, como é o caso brasileiro (ELIAS, 2022), as discussões sobre acesso e conclusão na educação superior não podem prescindir de analisar, com especial atenção, as relações entre a origem social e o êxito escolar. Até meados do século passado, com base numa perspectiva funcionalista, acreditava-se que a simples expansão e o crescente acesso à escola pública garantiria a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, que com base no esforço e mérito individual alcançariam as melhores funções e postos no mundo do trabalho. Desde então, diversas pesquisas e estudos da teoria reprodutivista evidenciaram que aquela era uma visão excessivamente otimista e que os sistemas educacionais, em vez de promover igualdade de oportunidades, tendem a reproduzir as desigualdades presentes na própria sociedade.

No final dos anos 1960, James Coleman et. al. (1966) demonstrou, com base numa grande pesquisa *survey*, que a variável que condicionava mais significativamente o desempenho dos jovens estudantes era o contexto familiar, social, econômico e cultural, ou seja, o background. No mesmo período, o francês Pierre Bourdieu (1966) criticou a tese de que a escola é um fator de mobilidade social, argumentando que há um sistema herdado de valores familiares implícitos e profundamente interiorizados que contribui para definir as atitudes face à instituição escolar e que, por conseguinte, as taxas de êxito e fracasso resultariam tanto das diferenças de capital cultural da família dos estudantes como das diferenças de classe na propensão em investir no ‘mercado escolar’.

No início dos anos 1980, também ratificando o problema da relação entre desigualdade educacional e nível socioeconômico, porém contrapondo as perspectivas culturalistas de reprodução social, emergiu a abordagem da escolha racional. Raymond Boudon (1981), por exemplo, argumentou que a posição relativa dos indivíduos na hierarquia social seria suficiente para explicar as diferentes aspirações educacionais entre os estudantes. Não seria uma valorização reduzida da educação que justificaria o menor acesso de estudantes de classes baixas, mas sim a maior distância, menores chances de sucesso e custos elevados que níveis superiores representam para grupos desfavorecidos. Noutras palavras, considerando que o desempenho de estudantes de grupos desfavorecidos e de menor nível socioeconômico tende a ser menor (em função do volume reduzido de recursos econômicos e culturais) e os custos relativos maiores, estes apresentariam maior probabilidade de evasão precoce do que os estudantes com *background* e capital cultural mais elevados (SALATA, 2018).

Estudos desenvolvidos nas décadas seguintes avançaram na análise da relação origem social e o êxito escolar para contextos em que a expansão em nível de massificação ou universalização estão presentes, ou seja, em que quase todas as pessoas com a idade adequada estão matriculadas num determinado nível educacional. Nesse sentido, a hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida (*Maximally Maintained Inequality* – MMI), desenvolvida por Raftery e Hourt (1993), argumenta que somente quando o acesso das classes em vantagem atinge estágio de saturação – próximo de 100% – é que as demais classes terão condições de reduzir suas desvantagens relativas (no mesmo nível). Assim, a simples expansão do sistema de ensino num determinado nível não resultaria em redução das desigualdades educacionais, porque os estudantes de grupos desfavorecidos e de menor nível socioeconômico só conseguem aproveitar as oportunidades geradas pela expansão quando as necessidades dos grupos favorecidos estiverem plenamente satisfeitas e avançarem para um nível superior.

No início dos anos 2000, Lucas (2001) desenvolveu a hipótese da Desigualdade Efetivamente Mantida (*Effectively Maintained Inequality* – EMI). Segundo ele, quando um nível de escolaridade se aproxima da saturação, as classes favorecidas procuram outros caminhos para assegurar vantagens, como, por exemplo, acessar escolas de melhor qualidade ou cursos de graduação e universidades de elite. Logo, grupos de maior nível socioeconômico buscariam se garantir tanto em contextos em que as diferenças quantitativas são comuns (avançando para um nível de ensino não saturado) como quando as diferenças são apenas qualitativas (acessando instituições reconhecidas em nível de ensino já universalizado). Noutras palavras, o que a EMI argumenta é que mesmo com a saturação, as desigualdades permanecem porque o que importa não é mais acessar um determinado nível de ensino, mas ingressar nas melhores escolas ou nas melhores universidades. Esta análise é consistente com a ideia de educação como bem posicional, isto é, no âmbito da educação superior, o bem posicional está relacionado com o valor simbólico que uma universidade ou curso de graduação (e não o conteúdo

intrínseco ou sua efetiva qualidade) proporciona aos seus alunos como vantagem comparativa para a obtenção de prestígio acadêmico, bons empregos e status social (TILAK, 2008; TOMLINSON, 2018).

Em geral, pode-se depreender das hipóteses MMI e EMI que é improvável que a expansão reduza as desigualdades, porque os estudantes de origens socioeconômicas privilegiadas estão melhor posicionados para usar as novas oportunidades educacionais e para obterem uma formação de melhor qualidade em qualquer nível. Até mesmo se a admissão para todos que desejam ingressar se concretizasse, a tendência de as instituições serem diferentes e heterogêneas em termos de hierarquização da qualidade na formação e de obtenção de reconhecimento (em função do bem posicional) junto a sociedade impossibilitam a geração de horizontalidade tanto na aprendizagem como no status auferido pelo diploma.

POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O exame sobre os rumos da educação superior brasileira nos últimos anos permite perceber importantes movimentos na direção da ampliação do acesso e permanência, tanto no âmbito de instituições estatais, quanto privadas, com e sem fins lucrativos. Tem-se, nos últimos vinte anos, um notável processo de expansão, marcado pela ampliação de vagas, cursos e instituições, além da diversificação dos modelos institucionais. Devido a sua amplitude, em termos de escala e escopo, o melhor entendimento das políticas de expansão requer um olhar detalhado sobre o conjunto de programas implementados nesse sentido nos últimos tempos.

No âmbito das instituições federais o movimento pela expansão se deu por meio de mecanismos variados. Um deles foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, instituído em 2007 pelo Decreto presidencial nº 6.096 “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. O decreto estabeleceu como meta “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007). Por meio do Reuni foram criadas novas IES, novos campi, além de vagas e cursos, especialmente noturnos; houve a contratação de professores e técnicos administrativos; ampliou-se e reformou-se a infraestrutura das instituições; além do incentivo à inovação pedagógica.

Em 2010, com o Decreto nº 7.234, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010). Tendo como público prioritário estudantes oriundos da rede pública básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, seus objetivos são “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010). Por meio desse programa são viabilizados auxílios como moradia e restaurante universitários, bem como bolsas que viabilizam permanência, moradia e alimentação (BRASIL, 2012a).

Outro destaque é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2005 pelo Decreto presidencial nº 5.800/2005 para a oferta de ensino à distância visando a interiorização e a ampliação do acesso à educação superior. Trata-se de um sistema integrado por universidades federais, que são responsáveis pela oferta dos cursos. Funciona por meio de parcerias com as prefeituras dos municípios para a disponibilização dos polos de apoio presencial. Quanto ao público, tem-se como prioridade a formação de professores que atuam na educação básica, além de gestores e trabalhadores deste mesmo nível educacional.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) também é reconhecida como importante política de expansão do acesso, com a oferta de cursos voltados para a educação profissional e tecnológica. Por meio do Decreto nº 6.095, de 2007, estabeleceu-se o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, com a constituição dos IFETs.

E, por fim, no âmbito das instituições estatais, destaca-se a medida que provavelmente tem gerado maior impacto: a Lei de Cotas – Lei 12.711/2012. Direcionando para a ampliação do acesso às

IES federais (Universidades e Institutos Federais), tal lei determina a reserva de 50% das vagas até o ano de 2016, em todos os cursos e turnos ofertados, para alunos oriundos de escola pública, com sub-cotas para alunos de baixa renda que apresentem renda familiar *per capita* mensal de até 1,5 salários mínimos, bem como sub-cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012b).

No escopo das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, dentre as políticas de ampliação de acesso se destacam o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), programas governamentais que visam a ampliação e a democratização do acesso a essas IES. O Prouni é normatizado pela Lei nº 11.096/2005 e trata da oferta de bolsas de estudos, integrais e parciais de 50%, nos cursos de nível superior oferecidos pelas IES privadas (BRASIL, 2005). Na proposta original, que vigorou até o final de 2021, o programa destina-se a estudantes com renda familiar *per capita* mensal de zero a três salários mínimos, que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsistas. Na distribuição das bolsas, as instituições devem reservar percentual para estudantes portadores de deficiência e autodeclarados indígenas e negros, na mesma proporção de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos no seu respectivo estado segundo o último censo do IBGE. As instituições que aderem ao programa devem disponibilizar bolsas nas turmas iniciais de todos os cursos e turnos efetivamente instalados. Em troca, ficam isentas de um conjunto de impostos e contribuições. A Bolsa Permanência, do governo federal, é um benefício mensal a estudantes contemplados com bolsa Prouni de 100%, matriculados em cursos presenciais integrais. Importa registrar que, por meio de Medida Provisória publicada em dezembro de 2021 (MP 1.075/2021), o governo federal alterou a lei de modo a incluir, dentre os beneficiários do Prouni, estudantes que cursaram o ensino médio em escolas privadas sem a condição de bolsistas, descaracterizando a natureza de ação afirmativa do programa.

O FIES, por sua vez, foi criado com este nome no ano de 1999, em substituição ao Crédito Educativo (CREDUC), de 1975. O FIES é normatizado pela Lei 10.260/2001 e consiste em um apoio financeiro por meio da concessão de financiamento a alunos matriculados em cursos superiores de IES privadas, que tenham obtido avaliação positiva. Como é um financiamento, após formado o estudante beneficiado deve restituir o valor, com juros abaixo da média do mercado. As regras do programa, no que tange a critérios de acesso e taxas de juros, sofrem alterações ao longo dos anos – houve uma mudança recente com a criação do chamado “Novo FIES” em 2018, que organizou o programa em modalidades.

Embora se observe que esse conjunto de programas vem contribuindo para a ampliação do acesso à educação superior brasileira, a análise qualitativa dos resultados ainda é incipiente. Nesse sentido, a seguir, buscamos identificar mudanças no perfil socioeconômico e cultural do egresso da educação superior brasileira, especialmente de jovens oriundos de faixas de renda historicamente excluídas.

METODOLOGIA

Este artigo tem como referência uma pesquisa de caráter documental, com dados quantitativos, cujas informações foram coletadas nos dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), exame aplicado em larga escala em todo o país, que possibilita a realização de estudos sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes concluintes.

Desde o ano 2004, com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), os graduandos da educação superior brasileira realizam o exame Enade a cada três anos. A partir de 2009 o exame passou a ser censitário e, desde 2011, apenas os concluintes participam (FELDMAN, SOUZA, 2016). Não obstante a alternância anual de carreiras, a quantidade de alunos envolvidos em cada edição do exame é significativa, configurando os microdados do Enade como importante amostra do universo de graduandos da educação superior brasileira.

Além do exame em si, que avalia o desempenho dos estudantes em conteúdos de formação geral e conteúdos específicos da carreira, o Enade também possui um questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, um questionário socioeconômico para os estudantes e um questionário para os coordenadores de curso. Esta pesquisa ateu-se aos dados oriundos do questionário socioeconômico, o qual contém questões diversas sobre a condição social, econômica e cultural do estudante e suas impressões qualitativas sobre o curso que frequentou; traz aspectos relativos à cor da pele, às condições

de vida, à renda familiar, às condições de estudo, à educação básica que frequentou e o nível de formação dos pais.

Diante disso, inicialmente foram selecionadas sete questões do referido questionário, as quais estão relacionadas com aspectos socioeconômicos e de acesso a políticas de inclusão na educação superior. A partir disso foram identificadas, para cada uma das questões, as respostas oferecidas pelo questionário que indicam proveniência de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. Itens do questionário do estudante do Enade com aspectos socioeconômicos e de acesso a políticas de inclusão e respectivas opções de respostas com critérios que indicam proveniência de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos.

Questão do item	Critério que indica proveniência de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos
Qual é a sua cor ou raça?	Negros/Pardos/Mulatos/Indígenas
Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?	Até o 5º ano
Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?	Até o 5º ano
Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?	Até 3 salários mínimos
Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades?	Prouni, Fies, outro tipo de bolsa/financiamento
Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social?	Ingresso por políticas de ação afirmativa ou inclusão social
Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?	Todo em escola pública

Fonte: Os autores, com base nos Microdados do Inep (BRASIL, 2019).

Os dados utilizados na pesquisa referem-se a três recentes ciclos do Enade cujas informações estão disponíveis, para os diferentes conjuntos de cursos/carreiras (profissão) – Grupo 1: cursos da área de ciência sociais aplicadas (edições nos anos 2009/2012/2015); Grupo 2: cursos das áreas da saúde e agrárias (edições nos anos 2010/2013/2016); e Grupo 3: cursos da área de engenharia e cursos de licenciatura (edições nos anos 2011/2014/2017).

Importa registrar que, ao longo do tempo, em algumas das novas edições do exame Enade, ocorreram agregações de novos cursos/carreiras. Por exemplo, enquanto na edição do ano de 2004 apenas estudantes de 13 denominações de cursos/carreiras das áreas da saúde e de agrárias participaram do exame, na edição de 2016, para as mesmas áreas, estiveram envolvidos estudantes de 18 denominações de carreiras/cursos.

Os dados foram desagregados por cursos de graduação nos respectivos grupos, de modo que foram escolhidos dois cursos por grupo, buscando-se garantir uma amostra representativa da diversidade de áreas e de perfis socioeconômicos e culturais de estudantes existentes no sistema de educação superior brasileiro. Desta forma, no Grupo 1 foram escolhidos os cursos de Administração e Direito (que possuem as maiores quantidades de matrículas no país), no Grupo 2, Medicina e Serviço Social (que possuem alunos com perfis opostos em termos socioeconômicos e culturais), e, no Grupo 3, Engenharia Civil e Licenciatura em Letras-Português (que contemplam áreas do conhecimento não abarcadas pelos demais cursos selecionados).

Para fins de cálculo da significância estatística da diferença entre as proporções das parcelas de estudantes proveniência de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos entre o universo dos concluintes nos 3 grupos de ciclos do Enade nas diversas comparações apresentadas no artigo, foi

empregado o teste qui-quadrado de homogeneidade aliado ao teste z de duas proporções com correção de Bonferroni. O teste qui-quadrado testa a hipótese de que diferentes populações têm a mesma proporção de indivíduos com alguma característica comum, sendo que valores de p inferiores a 0,05 indicam uma probabilidade de apenas 5% ou menos de que a diferença encontrada entre os três grupos analisados não seja verdadeira. Em todos os casos comparados e demonstrados neste artigo o valor de p encontrado sempre foi inferior a 0,001. Por analisar os resultados de 3 anos de cada grupo de forma conjunta, o teste qui-quadrado requer um teste *post-hoc* para determinar se existe diferença entre os diferentes pares de resultados dentro do mesmo grupo, onde o teste z de duas proporções foi aplicado corroborando a diferença entre os pares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados demonstram que, dentro do universo dos concluintes, está em desenvolvimento um processo de ampliação significativo na participação de estudantes que ingressaram por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social e/ou que receberam bolsa de estudos ou financiamento para custear mensalidades, total ou parcialmente (ver Tabela 1).

Tabela 1. Participação, entre os concluintes, de graduandos com bolsa Prouni ou financiamento Fies e graduandos que ingressaram por meio de ações afirmativas ou inclusão social, por grupos de cursos – no período 2009-2017

		2009	2012	2015
GRUPO 1	Prouni + Fies + outro tipo de bolsa/financiamento	10%	14%	26%
	Ação Afirmativa	10%	17%	18%
2010 2013 2016				
GRUPO 2	Prouni + Fies + outro tipo de bolsa/financiamento	11%	19%	37%
	Ação Afirmativa	12%	15%	21%
2011 2014 2017				
GRUPO 3	Prouni + Fies + outro tipo de bolsa/financiamento	8%	16%	22%
	Ação Afirmativa	16%	19%	22%

Fonte: Os autores, com base nos Microdados do Inep (BRASIL, 2019).

* Obs.: Grupo 1: cursos da área de ciência sociais aplicadas

Grupo 2: cursos das áreas da saúde e agrárias

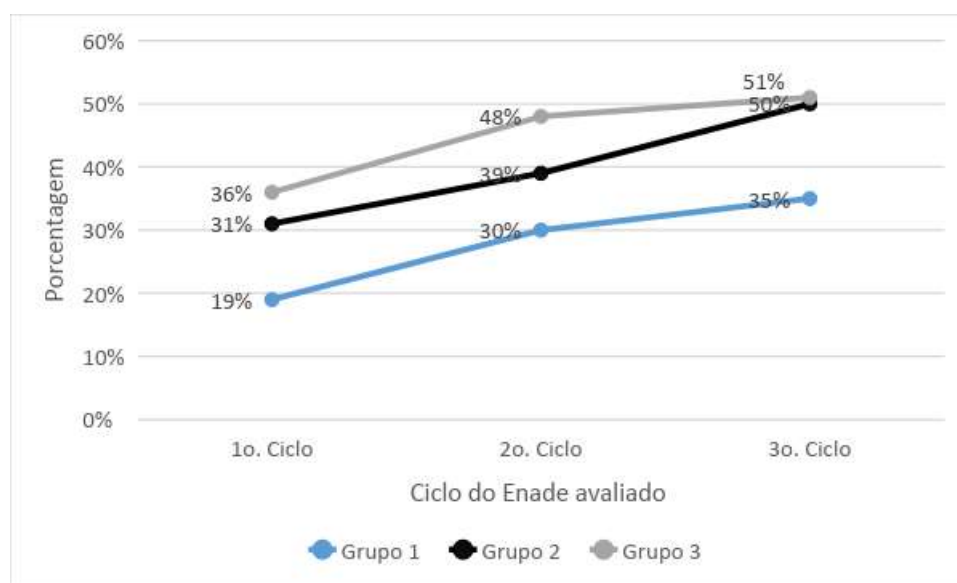
Grupo 3: cursos da área de engenharia e cursos de licenciatura

Ao se desagregar os dados por alguns cursos de graduação, também se observa a ampliação da participação de estudantes com Prouni, Fies, ações afirmativas e/ou inclusão social nas edições do Enade analisadas. A parcela de estudantes concluintes que receberam bolsa ou financiamento do governo federal para realizarem suas graduações, entre as edições do Enade de 2009 e 2015, aumentou em 15% nos cursos de Administração e em 18% nos cursos de Direito; entre as edições de 2010 e 2016, aumentou aproximadamente 22% tanto para os cursos de Medicina como Serviço Social; e, entre as edições de 2011 e 2017, ampliou 34% nos cursos de Engenharia Civil e apenas 1% nos cursos de Licenciatura em Letras – Português. Em relação à forma de ingresso por meio de ação afirmativa ou inclusão social, observa-se o aumento de participação entre os concluintes, para os mesmos períodos de comparação, de 8% em

Administração, 6% em Direito, 5% em Medicina, 14% em Serviço Social, 8% em Engenharia Civil e 10% em Licenciatura em Letras – Português.

No mesmo sentido, os dados revelam um avanço significativo na participação, dentre o universo dos concluintes, de grupos como raças historicamente excluídas, famílias de baixa renda e frequentadores da educação básica pública. As parcelas de estudantes que se declararam pertencentes às raças negra, parda, mulata ou indígena, ampliaram no Grupo 1, de 22%, em 2009, para 38%, em 2015; no Grupo 2, de 26%, em 2010, para 44%, em 2016; e, no Grupo 3, de 37%, em 2011, para 42%, em 2017. No mesmo sentido, se observa avanços na participação de estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos – no Grupo 1, passou de 19% para 35%; no Grupo 2, de 31% para 50%; e, no Grupo 3, de 36% para 51% (ver Gráfico 1) – e estudantes que frequentaram o ensino médio em escolas públicas – no Grupo 1, passou de 40% para 63%; no Grupo 2, de 39% para 62%; e, no Grupo 3, de 65% para 68%.

Gráfico 1. Participação de estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos no universo dos concluintes das edições do Enade – de todos os cursos, por ciclo



Fonte: Os autores, com base nos Microdados do Inep (BRASIL, 2019).

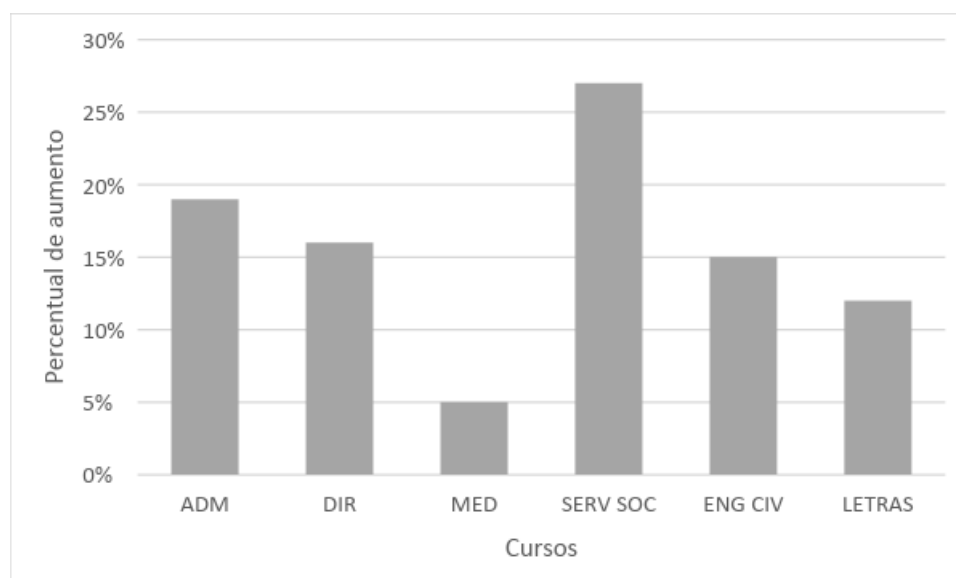
*Obs.: 1º Ciclo: Grupo 1 em 2009 / Grupo 2 em 2010 / Grupo 3 em 2011

2º Ciclo: Grupo 1 em 2012 / Grupo 2 em 2013 / Grupo 3 em 2014

3º Ciclo: Grupo 1 em 2015 / Grupo 2 em 2016 / Grupo 3 em 2017

No âmbito dos cursos de graduação, os aspectos socioeconômico-culturais avaliados também apresentaram avanços em termos de participação de estudantes de raças excluídas, de famílias de baixa renda e egressos de ensino médio público entre o conjunto de todos os concluintes. Todavia, apesar de ser possível observar aumento em todos os cursos analisados, a mudança na quantidade de egressos provenientes de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos não é análoga entre os distintos cursos, como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Percentual médio de aumento de estudantes de raças excluídas, de famílias de baixa renda e frequentadores de ensino médio público entre edições do Enade* – , por curso



Fonte: Os autores, com base nos Microdados do Inep (BRASIL, 2019).

*Obs: Administração (ADM) e Direito (DIR): cálculo entre edições 2009 e 2015 do Enade
Medicina (MED) e Serviço Social (SERV SOC): cálculo entre edições 2010 e 2016 do Enade
Engenharia Civil (ENG CIV) e Licenciatura em Letras-Por (LETRAS): cálculo entre edições 2011 e 2017 do Enade

Além de tal ampliação não ter sido equilibrada, nas últimas edições de Enade se observa entre alguns cursos de graduação uma grande diferença de participação de estudantes de perfil socioeconômico considerado vulnerável. Na comparação entre Medicina e Serviço Social, por exemplo, enquanto no primeiro curso apenas 4% dos concluintes tinham mãe com pouca formação, no segundo, mais de 50% das mães dos estudantes que realizaram o Enade em 2016 haviam frequentado a escola apenas até o quinto ano do Ensino Fundamental. Nesse mesmo sentido de comparação, enquanto que nos cursos de Medicina e Direito, nas edições do Enade do último ciclo analisado, apenas 13% e 29% dos estudantes concluintes, respectivamente, pertenciam a famílias com baixa renda, nos cursos de Licenciatura em Letras – Português – e Serviço Social, tal representatividade era bem maior, de 67% e 71%, respectivamente (ver Tabela 2).

Tabela 2. Participação, entre os concluintes, de estudantes de raças excluídas, de famílias de baixa renda, egressos de ensino médio público e com mães com pouca formação, no último ciclo do Enade analisado (2015-2016-2017), por curso

Curso	Raça excluída	Renda baixa	Ens. Médio público	Mãe com pouca formação
Administração	39%	38%	70%	32%
Direito	37%	29%	48%	21%
Medicina	26%	13%	15%	4%
Serviço Social	63%	71%	80%	51%
Eng. Civil	35%	36%	53%	17%
Letras	56%	67%	78%	43%

Fonte: McCowan; Bertolin (2020).

Portanto, a análise dos dados do período 2009 a 2017, além de demonstrar um processo significativo de ampliação de estudantes concluintes provenientes de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos na educação superior brasileira, permite presumir que tal avanço ainda guarda um viés de elitismo. Cursos de graduação com maior status social e que geram maior bem posicional para seus egressos, como por exemplo Medicina, possuem proporcionalmente menos concluintes de raças

excluídas, de famílias de baixa renda, frequentadores de ensino médio público e de estudantes com pais com pouca formação. Desta forma, tornar-se plausível argumentar que, no âmbito da educação superior brasileira, começa-se a observar sinais redução das desigualdades educacionais, porém, trata-se de um processo parcial, visto que o mesmo mantém, de alguma forma, uma barreira e herança elitista.

Superar as persistentes desigualdades educacionais demanda a superação dos preconceitos e discriminações que bolsistas e cotistas sofrem pela forma de acesso que tiveram (considerada injusta por muitos) ou pela situação de inferioridade socioeconômica e cultural (FIGUEIREDO, 2018; LEMOS, 2017; NEVES; FARO; SCHMITZ, 2016). Não são raros os relatos de casos de bolsistas Prouni, em instituições privadas, ou cotistas, em instituições estatais (FONTELE; CRISÓSTOMO, 2016; ARINO; DELVAN, 2018; LEMOS, 2017), especialmente aqueles que ingressaram em cursos que geram bem posicional em instituições consideradas de elite, por não serem ‘reconhecidos’ pelo *ethos* hegemônico como detentores do direito de participar desse mundo ‘elitizado’.

Assim, faz-se necessária uma análise que ultrapasse o escopo do acesso e englobe, também, aspectos de distintas ordens que podem propiciar ou inviabilizar a permanência e conclusão do curso por parte de estudantes oriundos de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos. Isto é, quanto mais ampla a parcela de alunos dessa origem no universo dos concluintes de forma igualitária em todos os cursos, maior a tendência de existência de igualdade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação das desigualdades educacionais está relacionada à garantia de direitos básicos e solidariedade coletiva, derivando, principalmente, da busca por melhores condições econômicas, sociais e culturais daqueles que vivem em situação de desvantagem. Remete, assim, ao compromisso do Estado, por meio de suas políticas públicas, num esforço orquestrado e intersetorial para compensar as desigualdades.

A análise sobre a educação superior brasileira desenvolvida no presente artigo evidenciou que há um inegável movimento em termos de inclusão social e combate às desigualdades educacionais, o que é percebido pelo alargamento no perfil dos estudantes que concluíram sua graduação no período 2009-2017. Nesse sentido, observa-se que, no geral, há uma maior diversidade na caracterização dos diplomados, dado o aumento na quantidade de concluintes oriundos de famílias de meios populares, com baixa renda, egressos do ensino público e de grupos sociais historicamente excluídos (pretos, pardos e indígenas).

Todavia, o estudo também demonstrou uma heterogeneidade dessa democratização entre os distintos cursos, revelando que, em carreiras historicamente elitizadas, como é o caso emblemático da Medicina, os avanços tendem a ser mais modestos. Desse modo, embora seja possível concluir que tenham ocorrido progressos em termos de superação da desigualdade, desconsiderar as nuances que existem entre as distintas áreas levaria a um mascaramento da disparidade que ainda persiste e, por conseguinte, a subestimação da existência de barreiras e heranças elitistas ainda presentes na educação superior brasileira, especialmente em cursos que proporcionam mais status social, melhores remunerações e bem posicional.

Com base nos resultados encontrados, torna-se plausível considerar a existência de outro nível de elitismo na educação superior brasileira que precisa ser melhor analisado. O acesso e a conclusão de estudantes provenientes de contextos socioeconômicos e sociais desfavorecidos podem estar ocorrendo principalmente por meio de instituições e cursos com menor prestígio e reconhecimento. Nesse sentido, o processo de mercantilização que vem ocorrendo, com a proliferação de instituições não universitárias, sem tradição, voltadas apenas para o ensino (grande parte das vezes na modalidade a distância) e de qualidade duvidosa – pode estar legitimando e reproduzindo desigualdades.

REFERÊNCIAS

ARINO, Daniela Ornellas; DELVAN, Josiane da Silva. As Trajetórias dos Acadêmicos Bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 87-96, jul. 2018. <<http://dx.doi.org/10.24879/2018001200200192>>

BOURDIEU, Pierre. “L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et La culture”, publicado originalmente in *Revue française de sociologie*, Paris, 7 (3), 1966, p. 325-347. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Trad. de Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOUDON, Raymond. *L'inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Armand Colin, 1973.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. Inep. *Microdados INEP*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>> Acesso em: 06/03/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília, 2012a.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012b.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), 2010.

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), 2007.

BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências, 2005.

CALDERON, Angel. *Massification of higher education revisited*. Melbourne: RMIT University, 2018.

CANTWELL, Brendan; MARGINSON, Simon; SMOLENTSEVA, Anna (Ed.). *High participation systems of higher education*. Oxford University Press, 2018.

COLEMAN, James S.; CAMPBELL, E. Q.; HOBSON, C. J.; MCPARTLAND, F.; MOOD, A. M.; WEINFELD, G.D.; YORK, R. L. *Equality of Educational Opportunity*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1966.

ELIAS, Juliana. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. *CNN Brasil*. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>>. Acesso em: 16/01/2022.

FELDMANN, Taise; SOUZA, Osmar de. A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes-ENADE. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 21, p. 1017-1032, 2016. <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300017>>

FIGUEIREDO, Alice Cristina. Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. 1-18, 2018. <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844173462>>

FONTELE, Tereza Lúcia Lima; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. PROUNI-pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 21, p. 739-766, 2016. <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005>>

LEMOS, Isabele Batista. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227161>>

LUCAS, Samuel R. Effectively maintained inequality: Education transitions, track mobility, and social background effects. *American journal of sociology*, v. 106, n. 6, p. 1642-1690, 2001. <<https://doi.org/10.1086/321300>>

MCCOWAN, Tristan; BERTOLIN, Julio. Inequalities in higher education access and completion in Brazil. *UNRISD Working Paper*, 2020.

NEVES, Paulo S. C.; FARO, André; SCHMITZ, Heike. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, p. 127-160, 2016. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000100006>>

OECD. *OECD.Stat*. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/>> Acesso em: 18/01/2022.

RAFTERY, Adrian E.; HOUT, Michael. Maximally maintained inequality: Expansion, reform, and opportunity in Irish education, 1921-75. *Sociology of education*, p. 41-62, 1993. <<https://doi.org/10.2307/2112784>>

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, v. 30, p. 219-253, 2018. <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>>

TILAK, Jandhyala B. G. Higher education: a public good or a commodity for trade?. *Prospects*, v. 38, n. 4, p. 449-466, 2008. <<https://doi.org/10.1007/s11125-009-9093-2>>

TOMLINSON, Michael. Conceptions of the value of higher education in a measured market. *Higher Education*, v. 75, n. 4, p. 711-727, 2018. <<https://doi.org/10.1007/s10734-017-0165-6>>

TROW, Martin *Problems in the transition from elite to mass higher education*. Berkley: Carnegie Commission on Higher Education, 1973.

UNESCO. *Thinking higher and beyond: Perspectives on the futures of higher education to 2050*. Paris: UNESCO IESALC, 2021.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Autor 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Análise dos dados e escrita do texto.

Autor 3 – Coleta de dados e análise dos dados.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.